



# Rede de Monitoramento Territorial Independente

## Legados da COP30

Em novembro de 2025, Belém (PA) sediou a 30ª Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês).

A mobilização em torno da COP30 fortaleceu a **incidência política** de povos e comunidades, e contribuiu para a concretização de demandas como a **demarcação de terras indígenas**, o **reconhecimento de afrodescendentes** em documentos oficiais e o **Plano de Ação de Gênero**.



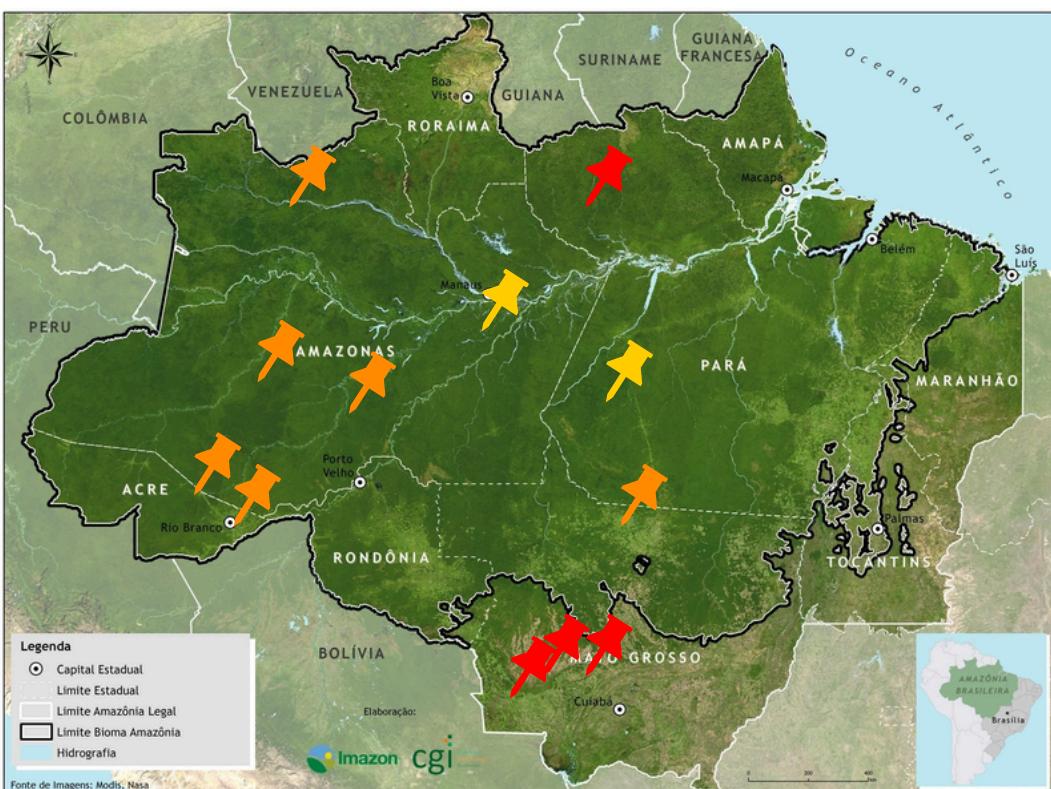
Por outro lado, permanecem pendentes questões e desafios relacionados ao **financiamento** climático, **transição justa**, endereçamento de causas estruturais das mudanças climáticas e ampliação da **participação social**.

Como principais legados da COP30, a sociedade civil destaca a **articulação e a defesa de agendas comuns** por organizações e movimentos sociais, a **construção de espaços paralelos** à Conferência e a **continuidade dos debates** iniciados durante o evento.

## Terras indígenas

No contexto da COP30, movimentos indígenas lideraram ações de incidência política pela demarcação de terras indígenas (TIs), bem como pelo reconhecimento de seu papel na proteção territorial e no enfrentamento às mudanças do clima. A seguir, confira algumas das principais conquistas celebradas pelos povos durante a Conferência!

### Avanços no processo de demarcação de TIs



#### Demarcação de TIs

**Quatro** TIs foram homologadas, todas as quais incidem na Amazônia Legal:

- TI Kaxuyana-Tunayana (PA-AM)
- TI Manoki (MT)
- TI Uirapuru (MT)
- TI Estação Parecis (MT)

#### Declarações

Foram anunciadas **dez portarias declaratórias**, dentre as quais duas estão na Amazônia:

- TI Vista Alegre (AM – Mura)
- TI Sawre Ba'pim (PA – Munduruku)

#### RCIDs aprovados

Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação (RCIDs) são uma das etapas prévias à demarcação de TIs. **Seis** TIs tiveram RCIDs aprovados:

- TI Aracá-Padauiri (AM)
- TI Rindó D'Otý (MT)
- TI Rionduro Jacu (AC)
- TI Kulina do Iurê (AC)
- TI Kulina do Garape (AM)
- TI do Igapó do Comaínzo (AM)



## Alertas do movimento indígena

Mesmo com o avanço no reconhecimento de territórios e direitos de povos indígenas nos documentos da Conferência, os movimentos chamaram a atenção para lacunas importantes nas medidas discutidas durante a COP30, entre as quais se destacam:



Direitos indígenas não contemplados na seção operacional dos textos da COP

Insegurança jurídica e proteção inefetiva de territórios indígenas

Ausência de áreas livres de exploração e monocultivos

## Reconhecimento de afrodescendentes em documentos climáticos oficiais da ONU

A mobilização contínua dos movimentos negros e comunidades quilombolas brasileiras, aliada à articulação com organizações e parceiros internacionais, levou à **menção explícita de afrodescendentes** nos documentos negociados no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC). A ação promove o **reconhecimento** das comunidades na **proteção de biomas e no enfrentamento à crise climática**, bem como **fortalece** a luta por **justiça racial e ambiental**. De acordo com os movimentos, este é um primeiro passo para a reivindicação de outras demandas, em especial:



Participação plena na governança climática



Mecanismos de adaptação com especificidades territoriais



Financiamento climático direcionado

Para saber mais, [clique aqui!](#)

## Plano de Ação de Gênero de Belém

Embora as COPs ocorram desde a década de 1990, a primeira referência a questões de gênero nos textos oficiais só surgiu na sétima Conferência, em 2001. Em 2014, movimentos feministas pressionaram pela criação do **Programa de Trabalho de Lima sobre Gênero**, primeiro plano formal focado em igualdade e políticas climáticas sensíveis a gênero. Em 2019, o programa foi aprimorado com a adoção do **Plano de Ação de Gênero**, que detalha prioridades, metas, atividades e responsabilidades dos países. Na COP30, esse instrumento foi atualizado como o Plano de Ação de Gênero de Belém, com vigência de **2026 a 2034**.

2001	2014	2019	2025
<b>COP 7</b> Dispositivo sobre a participação de mulheres em decisões climáticas	<b>COP20</b> Criação do Programa de Trabalho de Lima sobre Gênero	<b>COP 25</b> Programa Aprimorado de Trabalho e Plano de Ação de Gênero	<b>COP 30</b> Adoção do Plano de Ação de Gênero de Belém

## Prioridades

As metas estão organizadas em torno de cinco áreas prioritárias:

-  **Construção de capacidades, gestão de conhecimento e comunicação**
-  **Igualdade de gênero, participação e liderança das mulheres**
-  **Coerência na integração da perspectiva de gênero em políticas climáticas**
-  **Implementação responsável ao gênero**
-  **Monitoramento e produção de relatórios**



## Financiamento climático

O reconhecimento do papel de povos e comunidades na proteção territorial e na mitigação das mudanças do clima reforça demandas pelo seu acesso direto ao financiamento climático. Confira abaixo os **principais instrumentos** de financiamento debatidos durante a COP30!

### Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF)

O Fundo tem como objetivo remunerar países pela **conservação florestal**, por meio da atração de investimentos de outros países e do setor privado. Os países elegíveis para o Fundo recebem pagamentos fixos caso mantenham a **taxa de desmatamento inferior a 0,5%** em relação à cobertura florestal do ano anterior.

**U\$4** Dólares por hectare conservado

**20%** Recursos direcionados diretamente a povos e comunidades tradicionais

 Preocupações relacionadas à governança e salvaguardas

### Fundo Verde para o Clima (FVC)

Estabelecido na COP 16 (2010), o FVC é um mecanismo financeiro da UNFCCC. Tem como objetivo apoiar os países em desenvolvimento a alcançarem as suas *Contribuições Nacionalmente Determinadas* (NDCs, na sigla em inglês) por meio de programas de mitigação e adaptação climática. Durante a COP30, organizações indígenas destacaram passos significativos e demandas sobre o instrumento:



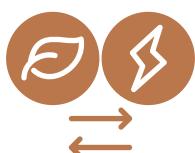
Facilitou acesso direto ao financiamento



Demandas por modalidades específicas, flexíveis e culturalmente apropriadas para acesso aos recursos

## Transição justa

Um dos marcos da COP30 foi a aprovação do **Programa de Trabalho de Transição Justa**, que estabelece diretrizes para apoiar políticas voltadas às comunidades impactadas pela transição a economias de baixo carbono. A sociedade civil destacou as principais questões relacionadas ao tema:



**Criação do Mecanismo de Belém para a Transição Global Justa**



**Ampliação da participação de mulheres, povos e comunidades**



**Eliminação das referências aos riscos e impactos da mineração**



## Minerais críticos

Minerais críticos, como lítio, cobalto, níquel e terras raras, são considerados fundamentais para setores estratégicos. No contexto da **transição energética**, esses insumos têm sido altamente demandados por países do Norte Global para viabilizar projetos de energia renovável, como a produção de painéis para parques solares. Contudo, a elevada concentração desses elementos na América Latina levanta preocupações sobre os **impactos da exploração mineral em terras indígenas e territórios tradicionais**. Na COP30, a **ausência de menções a esses riscos** no Programa de Transição Justa suscitou alertas por parte da sociedade civil.

## Combate às causas das mudanças climáticas

A COP30 gerou expectativas de avanço no enfrentamento das principais fontes de emissão de gases de efeito estufa (GEE), como exploração de combustíveis fósseis e desmatamento. Contudo, os textos climáticos oficiais não incluem medidas de contenção ou redução dessas atividades. Veja abaixo alguns dos principais desafios em relação ao tema.

### Mapas do Caminho

No início da COP30, o governo brasileiro propôs os Mapas do Caminho, roteiros para orientar países da UNFCCC na **superação dos combustíveis fósseis e do desmatamento**. A iniciativa enfrentou **forte resistência de países dependentes do petróleo** e, apesar do apoio informal de mais de 80 países, **não foi incorporada** ao documento final. A falta de menções aos combustíveis fósseis e ao desmatamento, aliada à ausência dos Mapas do Caminho, levou pesquisadores e organizações a avaliar que a COP30 avançou menos do que o esperado no combate a causas centrais das mudanças climáticas.



### Ausência dos EUA

Um dos desafios da COP30 foi a ausência de representação oficial dos Estados Unidos, um dos maiores emissores de GEE.

**1º** Maior emissor de GEE por habitante

**1º** Maior emissor histórico de GEE

**509 bi** Toneladas de CO<sub>2</sub> emitidas desde 1850



### Presença da indústria fóssil

A forte presença da indústria fóssil limita avanços e intensifica preocupações sobre assimetria de poder entre sociedade e mercado.

**1.602**

Representantes da indústria petrolífera e de combustíveis fósseis

↓  
Supera a delegação de quase todos os países, exceto o Brasil, que enviou **3.805** delegados

## Iniciativas da sociedade civil

Apesar dos desafios enfrentados, a sociedade civil protagonizou a construção de espaços e eventos paralelos à COP30, que desafiam a estrutura tradicional das conferências climáticas, ampliam o alcance dos debates efetuados e possibilitam a construção de agendas pautadas em participação social. Confira abaixo alguns exemplos!

**+60** Espaços paralelos construídos

Como a Casa das ONGs,  
Embaixada dos Povos, COP do  
Povo, Aldeia COP, entre outros!



## Mobilização indígena

+5.000	Indígenas em Belém
+3.500	Indígenas alojados na Aldeia COP
+3.000	Pessoas na Marcha Global Indígena

Para saber mais, [clique aqui!](#)

# Cúpula dos Povos

**+24 mil**      **Participantes**

**+70 mil** Pessoas na Marcha Global pelo Clima

**+1.100** Organizações signatárias da Carta Política

## Declaração com 15 propostas focadas em proteção territorial e direitos

**9-12 mil Refeições por dia**

## Iniciativa de cozinha solidária liderada pelo MST e outras organizações

Para saber mais, clique aqui!



## Para saber mais!

A seguir, veja balanços, análises e reações à COP30 publicadas por entidades representativas e organizações da sociedade civil!

### Declaração dos Povos Indígenas da Amazônia em resposta aos resultados da COP30

Apresentamos um balanço da COP30, assim como os elementos essenciais que permanecem pendentes.

Por: Colab

Publicado em 23/10/2025 às 11:36



## COIAB

Declaração dos Povos Indígenas da Amazônia em resposta aos resultados da COP30.

Para saber mais, [clique aqui!](#)

## INESC

O Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) sintetizou avanços e desafios da COP30 em nove pontos.

Para saber mais, [clique aqui!](#)

### COP 30 termina com resultado abaixo do necessário, apesar de avanços históricos na participação social

25/10/2025, às 11:19 | Updated on 25/10/2025, às 11:36 | Tempo estimado de leitura: 9 min

Conferência em Belém frustra expectativas sobre combustíveis fósseis, desmatamento e financiamento climático, mas consolida marcos relevantes em justiça climática, gênero e participação dos povos.



## CNS

O Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) destacou a mobilização coletiva durante a COP30.

Para saber mais, [clique aqui!](#)

# Retrospectiva: Rede MTI em 2025

Em 2025, a Rede MTI promoveu espaços para debate qualificado e trocas de experiências virtuais e presenciais, fortaleceu parcerias e lançou publicações sobre monitoramento independente. Confira os principais destaques abaixo!

## 2025 em números

<b>3</b>	Encontros virtuais	<b>1</b>	Webinário virtual	<b>+300</b>	Participantes engajados
<b>2</b>	Atividades híbridas	<b>7</b>	Parcerias fortalecidas	<b>2</b>	Informativos sobre a COP30
<b>3</b>	Atividades presenciais	<b>4</b>	Publicações		

## Seminário Seca Extrema e Incêndios na Amazônia

Nos dias 2 e 3 de junho, a Rede MTI realizou o Seminário “Seca Extrema e Incêndios na Amazônia”, na sede da PGR, em **Brasília (DF)**. Coordenado pelo FGVces, MPF, Projeto Conexão Água, COIAB, Articulação Agro é Fogo e Coalizão Florestas & Finanças, o evento reuniu **mais de cem participantes** para debater **impactos e estratégias** para enfrentar secas e incêndios.



## Atividade COP30 na Amazônia

Em parceria com a COIAB, Articulação Agro é Fogo e Coalizão Florestas & Finanças, a Rede MTI promoveu o painel “COP30 na Amazônia”, na **Casa COP do Povo**, em **Belém (PA)**, no dia 12 de novembro. A atividade fomentou discussões sobre **estratégias para enfrentamento a eventos extremos** e resiliência climática em territórios comuns amazônicos.



## Sobre a Rede de Monitoramento Territorial Independente

### O que é?

A Rede de Monitoramento Territorial Independente (Rede MTI) é uma articulação de organizações da sociedade civil, lideranças comunitárias e instituições de pesquisa que atuam com monitoramento territorial independente e autônomo na Amazônia.

### Quais os objetivos?

Tem como objetivo a ampliação e fortalecimento das capacidades de monitoramento independente nos territórios, e construção de estratégias para uso das informações geradas com foco na proteção territorial e defesa dos modos de vida na Amazônia.

### Quem participa?

Atualmente, a articulação é composta por mais de 70 organizações da sociedade civil, entidades representativas, associações de base, lideranças comunitárias, pesquisadores autônomos e instituições de pesquisa.



Para mais informações, acesse:

<https://www.redemti.org/>

Coordenação da Rede MTI e organização do informativo:

**FGV EAESP**  
CENTRO DE ESTUDOS  
EM SUSTENTABILIDADE